



Segundo dados divulgados pelo próprio Banco Central do Brasil e por estudos de mercado, as plataformas de apostas esportivas e “bets” movimentaram, apenas em 2023, estimativas que ultrapassam R\$ 120 bilhões em transações, envolvendo milhões de operações financeiras diariamente. Trata-se de um mercado cuja dimensão, embora crescente, ainda carece de transparência, padronização e acompanhamento público contínuo, o que dificulta a avaliação de riscos e a formulação de políticas regulatórias adequadas.

O Banco Central, em relatório publicado em 2024, deu um passo importante nesse sentido ao apresentar análise inédita sobre o fluxo financeiro das apostas on-line. O estudo identificou aumento expressivo no uso de cartões, carteiras digitais e sobretudo do Pix, evidenciando que as instituições financeiras nacionais já se encontram profundamente integradas à dinâmica desse mercado. O documento também chamou atenção para possíveis pontos de vulnerabilidade associados a transações atípicas, o que demanda atenção constante de autoridades de supervisão e prevenção à lavagem de dinheiro.

Além dos riscos financeiros, há relevante preocupação social. Pesquisas conduzidas por universidades brasileiras, bem como levantamentos divulgados pelo Senado Federal e pelo Ministério da Fazenda, indicam crescimento de casos de endividamento associado a apostas, especialmente entre jovens de 18 a 35 anos. Estudo da Faculdade de Medicina da USP (2023) estimou que entre 1% e 3% dos apostadores podem desenvolver padrões de comportamento compatíveis com jogo patológico, fenômeno que gera consequências emocionais, econômicas e familiares de grande impacto.

Não se trata, portanto, apenas de um setor econômico em expansão, mas de um fenômeno social complexo que envolve riscos de vulnerabilidade, superendividamento, evasão de recursos e potencial uso ilícito do sistema financeiro. Países europeus, como Reino Unido e Espanha, já enfrentam há anos problemas semelhantes e adotaram políticas estritas de acompanhamento periódico do setor, reconhecendo que o jogo on-line exige vigilância técnica permanente.

É nesse cenário que se insere a presente proposição legislativa. O projeto busca tornar obrigatória a elaboração e divulgação semestral, pelo Banco Central do Brasil, de relatórios técnicos detalhados sobre o mercado de apostas on-line, garantindo transparência e fornecendo subsídios

essenciais para a atuação do Parlamento, dos órgãos reguladores, da imprensa, da academia e da sociedade civil.

Esses relatórios permitirão acompanhar, entre outros aspectos:

- o perfil e o comportamento financeiro dos apostadores;
- os efeitos das apostas sobre o endividamento das famílias brasileiras;
- os principais meios de pagamento utilizados e sua evolução;
- os riscos para o sistema financeiro e eventuais impactos macroeconômicos;
- fluxos suspeitos ou incompatíveis com atividades econômicas regulares;
- potenciais externalidades negativas, como vício, perda patrimonial e impactos sociais.

A obrigatoriedade dessa análise periódica representa, portanto, medida de prudência, transparência e responsabilidade pública. Não se trata de restringir atividades econômicas legalizadas, mas de assegurar que o Estado brasileiro disponha de informações confiáveis para avaliar riscos, proteger consumidores, orientar políticas de prevenção ao endividamento e preservar a integridade do sistema financeiro.

Num momento em que muitos países enfrentam debates intensos sobre os danos colaterais das apostas on-line — incluindo o estímulo excessivo ao consumo, campanhas publicitárias agressivas e casos de ruína financeira de famílias — é dever do Parlamento brasileiro agir com cautela, responsabilidade e visão de longo prazo.

Diante disso, e considerando a relevância social, econômica e institucional da matéria, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação desta iniciativa, que reforça o compromisso do Congresso Nacional com a transparência, a proteção da população e a boa governança pública.

Sala das Sessões,

Senador ASTRONAUTA MARCOS PONTES